

120ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA, REALIZADA EM 31/03/2017

Ivan Cáceres (Coordenador) - Bom dia, Senhoras e Senhores. Vamos dar início a 120ª reunião plenária ordinária do Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo, dia 31 de março de 2017, sexta-feira, com início às 9:00h, aqui na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na Divisão de Descentralizados, os DGDs. Justifico a ausência do Senhor Secretário em virtude de compromisso emergencial na agenda do Secretário e do Prefeito, então vamos dar início sem a presença do nosso Presidente. Bom...vamos passar ao primeiro item do expediente, que é assinatura do termo de posse do novo Conselheiro do CONFEMA, representando a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Senhor Paulo Sérgio Maranhão, na condição de suplente. Senhor Paulo Sérgio, considere-se empossado junto ao CONFEMA na condição de suplente, representando a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Vamos agora ao segundo o item do expediente, que é a aprovação da ata da 119ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 24 de fevereiro de 2017. Eu creio que foi enviada essa ata aos Senhores Conselheiros. Alguma observação? Vamos colocar em votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação do texto da ata permaneçam como estão. A ata da 119ª reunião plenária ordinária do CONFEMA está aprovada por unanimidade. Vamos ao terceiro item do expediente, que é uma devolutiva de um TID. Nós ficamos de, em todas as reuniões em que houver algum questionamento, a gente buscar e dar uma devolutiva. Um questionamento da Senhora Conselheira Marineide Santos Silva na última reunião do CONFEMA. Ela trouxe um assunto sobre o sistema interno de documentos da Prefeitura de São Paulo, mencionando um TID referente ao Parque Santo Dias. Esse assunto está em DEPAVE, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, com devida a manifestação técnica do Grupo Técnico de Avaliação de Impacto Ambiental, que é o GTAIA. Então a Conselheira pode obter maiores informações junto ao DEPAVE, para que o assunto em pauta seja esclarecido à Conselheira. Vamos agora ao quarto item do expediente, que é sugestão de inclusão de pauta. Eu peço aos Conselheiros que, se alguém tiver alguma sugestão para inclusão de pauta ainda para esta reunião, está em tempo para isso. Nenhuma sugestão? Prosseguindo, então. Vamos então ao quinto item, que seria a apresentação da proposta de diretrizes para a utilização de recursos do FEMA. Ocorre que essas diretrizes... Houve um debate na última reunião do CADES e por sugestão de uma Conselheira, ou duas Conselheiras, achou-se por bem estudar as sugestões que foram encaminhadas. Embora a gente tivesse na reunião do CADES concedido na primeira apreciação das diretrizes um prazo de 10 dias, essas sugestões não chegaram, houve uma discussão que foi retroativa ao ano passado (março de 2016); então, por essa razão não foram apreciadas e nem voltadas as diretrizes do FEMA para 2017. Nós buscamos todas as atas para verificar se efetivamente aquele documento com as sugestões havia sido incorporado. Não, não foi incorporado em nenhum momento, mas, de qualquer maneira, como deu-se um prazo até 26 de abril - a próxima reunião do CADES - para que a gente possa incorporar e atender a sugestão que esse Conselheiro, ou essa Conselheira, está propondo, desde que haja pertinência nas colocações. Como hoje a pauta seria discussão, apreciação e votação das diretrizes do FEMA, não tenho mais nenhum assunto, mas eu gostaria de passar aos Senhores e Senhoras o informe, que é referente à visita aos nossos projetos de agroecologia na região de Parelheiros. Claro, com a palavra. Por favor, Conselheira, o seu nome, por favor.

Magna Carvalho (Ciranda) - Sobre esse assunto das diretrizes do FEMA, eu participei desse grupo e eu tenho que discordar de que isso não constou na ata, mas deve estar na gravação, porque isso foi aprovado no FEMA. Então, é importante. Só que existe uma preocupação também da questão do tempo e me parece que não foi aceita uma reunião extraordinária... prá... E isso não vai ser possível?

Ivan Cáceres (Coordenador) - Conselheira, não, porque as reuniões do CADES estão ocorrendo em outro prédio de uma outra unidade, de uma outra Secretaria Municipal. Então, depende de disponibilidade dessa sala, porque ela é utilizada por vários setores da administração. Nós fizemos uma pactuação com as agendas das reuniões ordinárias. As agendas das reuniões ordinárias até o final do ano estão garantidas naquele espaço. Agora, a reuniões extraordinárias dependem de disponibilidade e horários da sala. Então, para que fechemos o assunto de uma

forma satisfatória, evitamos correr o risco e agendamos para 26 de abril, que é a data da reunião ordinária. Ocorre o seguinte: nós verificamos todas as atas. Efetivamente o que foi aprovado são as diretrizes como foi colocada pela gestão anterior. Foi aprovado um grupo de estudos. Para que esse grupo de estudos apresentasse uma proposta. Aquela proposta, verificando todas as atas de 2016, em nenhum momento ela deu entrada no CADES. Então, nós agora estamos aqui mais uma vez retomando um assunto que é lá do passado e, por uma questão de condução, talvez não tenha sido bem conduzido, a gente tem que retomar. Claro que isso implica em atraso, claro que isso impacta nos projetos, porque nós já tínhamos ideia, agora em abril, de estarmos lançando edital, principalmente da agroecologia, da área de sustentabilidade, recomposição de algumas situações em parques, como, por exemplo, o Chico Mendes, que está com problema seríssimo de águas pluviais. Quando a chuva vem, uma obra mal feita, aquela que enxurrada vai toda para dentro do parque, arrastando tudo pela frente. Isso é mais do que urgente. E entre outras coisas. Em razão disso, é mais uma questão que a gente tem que retomar, acertar. É um desgaste, porque fica a Conselheira entendendo que a gente não.. não, nós precisamos nos ater ao que está nos documentos. Essa é a regra da Administração. Aquilo que foi dito e que não foi registrado, na Administração Pública, não conta. Nós verificamos todas as atas. Efetivamente foram aprovadas diretrizes como estão e como estavam em 2016 e foi criado um grupo de estudos para propor. E esse grupo de estudos não apresentou ou não debateu no CADES. Todas as atas registram isso. Ele foi aprovado, mas o resultado do trabalho desse grupo de estudos não foi debatido, não foi votado em nenhuma reunião do CADES. Ele nos chega agora na primeira reunião do CADES. Nós demos um prazo de 30 dias. Foi isso? De 15 dias. Chegaram duas ou três propostas. As propostas que chegaram e que estavam com redação pertinente foram incorporada. As que não estavam com redação pertinente não foram incorporadas. E essa não nos chegou. Ela veio agora recentemente trazida por uma Conselheira do CADES. Nada, nenhum reparo. Nós estamos avaliando. Tem um grupo avaliando isso aí, porque como eu disse, diretrizes são diretrizes. Elas não entram na particularidade, elas não entram na especificidade.

Magna Carvalho (Ciranda) - Desculpe, Ivan. Isso, como você disse, já estava no ano passado, e a gente como sociedade civil sabe que a gente não conseguiu fazer valer isso. Então é por isso a nossa preocupação.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Então a Senhora- e vocês têm todo o direito disso ...Nós estamos tendo conhecimento desse assunto. Levantamos todas as atas de 2016, como eu disse. Ontem as três últimas eu examinei ponto a ponto e está muito claro lá a aprovação de um grupo de estudos, mas em nenhum momento a aprovação do trabalho desse grupo de estudos. Não consta. Então nós, enquanto autoridade municipal responsável pelo CADES, na condição de Coordenador-geral do CADES também, eu tenho que me ater àquilo que está nos autos, aquilo que tá nas atas. Isso sem prejuízo, como eu disse, tanto que nós, com prejuízo para nós, para todo um trabalho que vem sendo feito, nós adiamos por mais 30 dias, em respeito à posição dos Conselheiros. Há divergências? Há divergências, mas estamos aí para vencer e superar essas divergências. Aquilo que for pertinente vai ser incorporado, não tenha dúvida. É do processo. Agora eu só queria, só para pontuar, que esses editais ficam prejudicados, porque enquanto nós não tivermos as diretrizes aprovadas para 2016 - 2017, perdão - nós não podemos fazer o uso dos recursos do FEMA. E nós temos projetos que são urgentes. Como eu disse, e como Secretário disse, nós vamos reativar o FEMA com recursos públicos, com parcerias. Nós vamos reativar, sim. Agora isso nos causa um transtorno? Causa, mas tudo bem, faz parte do processo. Vamos ouvir o que os Conselheiros encaminharam nessa proposta que a Senhora está se referindo e havendo pertinência, claro. Agora com muita clareza. Diretrizes são diretrizes. Elas não entram na especificidade e eu vou repetir: o FEMA não tem que se ater apenas ao Município. Ele recebe, ele pode receber, ele está apto a receber recursos do Estado, da Secretaria do Meio Ambiente, do CFA, ele pode receber recursos da União, da iniciativa privada, de organismos nacionais e estrangeiros, doação de pessoa física...Então é muito amplo. O FEMA tem uma legislação que ele tem que fazer a interface com a legislação Municipal, Estadual e Federal. Ele não pode se ater apenas ao território do Município de São Paulo. Qualquer utilização de recursos do FEMA fora da lei que discipline... Existe uma lei que disciplina a aplicação de recursos do FEMA. Está muito claro, muito claro. Quer dizer: se a autoridade que estiver na gestão neste momento, no passado ou no futuro não observar o que a lei dispõe ela vai responder. Tem o Tribunal de Contas aí para isso. Tem o Ministério Público aí para isso e a própria Corregedoria da administração pública é

para aí. Numa situação não se confunde com a outra. Não adianta colocar nas diretrizes barreiras e travar o FEMA se você não observar a lei. Travou? Tudo bem, mas se você não observar a lei você vai responder, entendeu? Como as leis de diretrizes orçamentárias do Município de São Paulo. As Leis de Diretrizes são genéricas, elas são amplas. O que vai tratar da particularidade, onde vai ser aplicado o recurso é o orçamento e que também não é uma garantia, porque o orçamento é uma previsão, é uma projeção de arrecadação. Não necessariamente aqueles números do orçamento se traduzem em realidade, se traduzem em receita. Vai depender de uma série de fatores, de uma série de variáveis: arrecadação, tudo isso. Então, o orçamento, a pessoa vê lá: tem R\$ 10 milhões para isso ou para aquilo. Não. Precisa verificar se efetivamente tem dotação orçamentária, tem rubrica para isso, precisa ver se tem numerário, precisa ver se a fonte de recursos está respondendo àquela projeção. As situações orçamentárias são muito claras. Diretrizes são diretrizes. Elas não podem ser genéricas e entrar na particularidade. Feito esse esclarecimento, eu agradeço a colocação da Conselheira e prosseguindo, dar um informe que dentro dessa ideia de recompor, de devolver ao FEMA o seu verdadeiro papel, cumprir os seus objetivos, nós estivemos visitando Parelheiros com a equipe multisecretarial - Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Inovação e Tecnologia. E a Secretaria do Verde participa desse Comitê Inter-secretarial e é uma das coordenadoras desse processo de aplicação do projeto Bloomberg na cidade de São Paulo. O que é ele? Ele vai nos permitir ferramentas que possam definir políticas públicas, ou seja: o que é, com que situação nós estamos lidando, qual a disponibilidade que nós temos de área rural no Município de São Paulo com o retorno das áreas rurais de acordo com o Plano Diretor, o que nós temos de área disponível na área urbana para poder aplicar em projetos de agroecologia. Ele nos vai dar ferramentas, como uma plataforma em que você vai ter condição de oferecer logística ao produtor. Você vai ter também ferramentas para lidar com o pessoal em fase de transição agroecológica, que é uma fase muito difícil o produtor sair daquela cultura tradicional em que já há um costume.. em função da escala os produtos são mais acessíveis, tanto para você tratar o produto quanto para você colocar o produto no mercado. É diferente. Então, nessa fase de transição agroecológica, e nós vamos investir nisso também, é oferecer apoio a esse produtor, pensando em inclusive na logística. Não adianta ele produzir e perder o produto se ele não tiver como escoar esse produto. Tudo isso está sendo visto. Nós estivermos lá, passamos o dia todo lá em Parelheiros visitando com essa equipe inter-secretarial e com a Fundação Bloomberg para analisar isso. O FEMA está participando de perto, tem ido a todas as reuniões. Nós somos um dos coordenadores desse processo, então eu só quero dizer que independente desse atraso da aprovação da lei de diretrizes nós estamos tocando os editais... São vários os editais que a gente quer fazer e buscar os nossos próprios recursos e parceria para efetivar isso aí. Mais alguma colocação, Senhoras e Senhores? Mais alguma observação? Por gentileza, Conselheiro, seu nome.

Luan Ferraz Chaves (Secretaria de Gestão) - Só queria perguntar em relação àquele levantamento dos projetos que foi feito com os departamentos da Secretaria do Verde se resultou em alguma coisa, se os departamentos apresentaram ou não..

Ivan Cáceres (Coordenador) - Certamente. Quando nós assumimos em 1º de janeiro não havia nenhum projeto cadastrado. Nenhum. Hoje nós estamos com 91 projetos cadastrados. Obviamente que cada um desses projetos estão sendo analisados. Aqueles das áreas técnicas da Secretaria são quase que indiscutíveis. Felizmente, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente possui um quadro técnico da melhor qualidade. São técnicos sérios, comprometidos com a administração pública. Então, são projetos que praticamente a análise ali é só cancelar e pronto. Mas já existe uma planilha e assim que todos estiverem analisados a gente vai disponibilizar. Porque a sociedade civil, todos estão apresentando... são ideias. Obviamente que aquilo vai depois servir como ferramenta para instrumentalizar o edital, de acordo, como eu disse lá atrás numa das primeiras reuniões aqui, de acordo com as diretrizes da administração, que é o Plano de Metas, de acordo com as diretrizes da Secretaria e obedecendo o terceiro e mais importante ponto que é as necessidades mais urgentes da Secretaria; o Agnaldo sabe disso. Muitos de vocês sabem disso. São muitas as necessidades urgentes e as limitações de recursos estão aí. Então, nós temos que equacionar esses três eixos, mas evidentemente vamos lançar. Como o Luan se referiu, com esse Banco de Projetos, isso vai nos facilitar, gente, porque você tem um painel do

que é a necessidade interna, apontado por todas as áreas técnicas (DECONT, DEPAVE, DGD, UMAPAZ), todos.. todos os setores apresentaram projetos. Você já vê a necessidade interna e você vê onde a necessidade é maior em cada área de dentro da Secretaria. Então, essa noção nós já temos. Também, por outro lado, aqueles parceiros da Secretaria, que estavam longe da Secretaria, tinham se afastado, estão retornando, felizmente. Ontem eu tive uma reunião muito grande, bastante longa com o pessoal do COMUSAN, o pessoal da COOPERAPAS, vários Conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - a sala ficou lotada, quase não cabe a gente. Nós passamos a tarde toda conversando, diagnosticando, vendo quais as necessidades, qual a maior aflição do sistema de agricultura no Município de São Paulo, no tradicional, na de transição e na de orgânicos. A gente tem acompanhado isso bem de perto e discutido com eles. Felizmente, estão voltando e isso nos permitiu que a gente recebesse uma série de sugestões que poderão, depois da análise técnica, se tornar projetos. Em se tornando se tornando projetos vão para edital público. Alguma observação a mais? Claro...

Magna Carvalho (Ciranda) - Para esses editais, vai se buscar parceria público-privada também ou isso vai ficar condicionado ao Fundo mesmo?

Ivan Cáceres (Coordenador) - Alguma disponibilidade nós já temos no Fundo. Então, essa disponibilidade é que nós estamos equacionando: o que vai usar para qual. Vou dar um exemplo para a Senhora: o sistema de fiscalização da Secretaria precisa urgentemente ser aprimorado. Isso é para antes de ontem. Tem dois setores ali que atuam fortemente com fiscalização, cada um dentro da sua maneira de atuação: os DGDs e o DECONT. Esses dois setores estão com computadores que não respondem às necessidades. Isso é urgente você melhorar, implementar um sistema de fiscalização mais ágil, com equipamento mais ágil, que possa fornecer ao técnico, por melhor que ele seja, se ele não tiver a ferramenta adequada ele não vai conseguir executar o trabalho dele de maneira adequada. Isso é urgente. Uma outra questão que eu aponte aqui.. Eu dei só um exemplo, mas tem vários outros, que é do Parque Chico Mendes e essa enxurrada atormentando. Você tem, por exemplo, uma situação lá no Parque do Carmo, no planetário. Quando chove, aquilo alaga. É desesperador. Você tem as APAS precisando urgente, porque estão abandonadas, de um plano de manejo. A APA Bororé-Colônia, Capivari-Monos e vai por aí. E tantas outras demandas que a gente tem. Nós precisamos também em São Paulo... a Secretaria precisa avançar, e o Secretário já comentou isso, o mapeamento digital. Esse mapeamento digital permite que você verifique, em tempo real, como está a situação de desmatamento em São Paulo. Permite-nos verificar e acompanhar a situação das árvores, inclusive medir a situação de saúde das árvores para evitar que todo janeiro, nesse período de chuva mais intenso, caiam centenas, sei lá, milhares de árvores, talvez, na cidade de São Paulo. Então são ferramentas que a gente precisa acompanhar. Não é a Secretaria do Verde ficar ali apenas observando. Ela tem que ter protagonismo. O Verde, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, hoje tem uma interface com todas as áreas de governo. Eu acho como em outros países da Europa, a primeira área a ser ouvida em qualquer intervenção urbana, seja ela da área pública ou privada, a primeira área ouvida em alguns países é a área ambiental, porque qualquer coisa que você faça em uma cidade excessivamente antropizada, que já passou dos limites, como São Paulo, qualquer intervenção oferece impacto no meio ambiente, na qualidade de vida. Então a Secretaria do Verde e Meio Ambiente não pode ser apenas espectadora desse processo. Ela precisa dessas ferramentas. Ela precisa de uma fiscalização mais ágil, com equipamento que ofereça condições para o técnico trabalhar, que ofereça à Secretaria ferramentas que ela possa visualizar toda a situação do território do Município e ser útil até para outras Secretarias - Habitação, por exemplo. A questão da invasão, de áreas protegidas. Então são coisas que todas elas estão sendo estudadas e que nós já vamos implementar imediatamente, assim que aprovar essas diretrizes os editais estarão aí e serão trazidos aqui para apreciação dos Senhores e Senhoras Conselheiros. Alguma colocação a mais? Não havendo mais nada a tratar, vamos dar por encerrado essa reunião. Eu agradeço a presença de todos. Eu acho que acomodação está satisfatória aqui? Dá para acomodar, né? Muito obrigado a todos.